

V - gerenciar contratos e convênios de bens, materiais e serviços;
VI - decidir sobre os pedidos de certidões e vista de processos;
VII - responder a ofícios oriundos do Poder Judiciário e da administração pública em geral;
VIII - instituir bancas especiais de exame de prova prática para portadores de necessidades especiais, com a participação de médicos para esse fim credenciados;
IX - presidir os processos administrativos referentes à suspensão e/ou à cassação do direito de dirigir;
X - determinar a realização:
a) de cursos de reciclagem de condutores;
b) dos exames teórico e prático referentes aos casos previstos no artigo 160 do Código de Trânsito Brasileiro;
XI - instaurar juntas médicas e psicológicas para reavaliação dos exames contestados pelos cidadãos;
XII - instaurar e presidir os procedimentos administrativos para apurar irregularidades nos processos de habilitação;
XIII - autorizar a modificação de características do veículo;
XIV - julgar os pedidos de defesa da infração;
XV - emitir pareceres em processos cujos assuntos se relacionem com as atribuições da unidade;
XVI - orientar a execução das atividades com os padrões de produtividade e custos estabelecidos;
XVII - zelar:
a) pelo cumprimento das normas e dos procedimentos estabelecidos;
b) pela manutenção em bom estado de conservação dos prédios, equipamentos, instalações e patrimônio sob suas responsabilidades, providenciando correções ou reparos, quando necessário;
c) pela disciplina nos locais de trabalho;
XVIII - primar pela qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
XIX - comunicar ao superior imediato quaisquer deficiências ou ocorrências relativas aos serviços sob suas responsabilidades, bem como propor alternativas para solucioná-las;
XX - em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, as previstas no artigo 38 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008.

SEÇÃO V

Disposições Finais

Artigo 8º - As atribuições e competências previstas neste decreto poderão ser detalhadas mediante portaria do Diretor Presidente do DETRAN-SP.

Artigo 9º - Este decreto e sua disposição transitória entram em vigor na data de sua publicação.

SEÇÃO VI

Disposição Transitória

Artigo único - A implantação da estrutura prevista neste decreto para as CIRETRANS de Álvares Machado, Martinópolis, Panorama, Presidente Bernardes, Regente Feijó, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio será feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data da sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 2014

GERALDO ALCKMIN

Julio Francisco Semeghini Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 10 de março de 2014.

DECRETO Nº 60.215, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Altera dispositivo que especifica do regulamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP aprovado pelo Decreto nº 58.879, de 7 de fevereiro de 2013

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O artigo 3º, Das Disposições Transitórias, do regulamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, aprovado pelo Decreto nº 58.879, de 7 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - No prazo de 60 (sessenta) dias, serão:

I – consolidados todos os atos normativos expedidos pela Presidência e Secretaria Geral da JUCESP, período pelo qual permanecem vigentes sem solução de continuidade;

II – revistos os convênios celebrados para instalação dos Escritórios Regionais e Postos de Serviços, com arrecadação centralizada do preço dos serviços desconcentrados diretamente à JUCESP, com posterior repasse mensal, mediante prestação de contas, por número de processos e serviços, conforme tabela aprovada pelo Plenário, destinado ao custeio operacional das unidades conveniadas." (NR)

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 2014

GERALDO ALCKMIN

Rodrigo Garcia

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 10 de março de 2014.

DECRETO Nº 60.216, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Igarapu do Tietê, do imóvel que especifica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Igarapu do Tietê, do imóvel localizado na Rua Dr. Fernando Jatobá, nº 352, Centro, naquele município, com área de terreno de 1.320,00m² (três mil, trezentos e oitenta e oito metros quadrados) e 308,66m² (um mil, cento e noventa e três metros quadrados) de construção, cadastrado no SGI sob o nº 886, conforme identificado nos autos do processo SS-1.385/13 (CC-17.741/14).

Parágrafo único – O imóvel de que trata o “caput” deste artigo, destinar-se-á à instalação do Centro de Saúde III, no município.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 2014

GERALDO ALCKMIN

Julio Francisco Semeghini Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 10 de março de 2014.

DECRETO Nº 60.217, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Fartura, do imóvel que especifica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Fartura, do imóvel localizado na Rua Arthur de Andrade, nº 41, naquele município, com área de terreno de 1.993,51m² (um mil, novecentos e noventa e três metros quadrados e cinquenta e um décímetros quadrados) e 677,93m² (seiscentos e setenta e sete metros quadrados e noventa e três décímetros quadrados) de construção, cadastrado no SGI sob o nº 58, conforme identificado nos autos do processo SS-1.384/13 (CC-22.749/14).

Parágrafo único – O imóvel de que trata o “caput” deste artigo, destinar-se-á à ampliação da capacidade operacional da Unidade Básica de Saúde, no município.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 2014

GERALDO ALCKMIN

Julio Francisco Semeghini Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 10 de março de 2014.

DECRETO Nº 60.218, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título gratuito e pelo prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Salmorão, do imóvel que especifica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título gratuito e pelo prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Salmorão, de um imóvel localizado na Rua Bartolomeu Bueno, nº 45, naquele município, composto pelos lotes 1, 2 e 3, da quadra 3, com área de 1.659,00m² (um mil, seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados) e 504,00m² (quinhentos e quatro metros quadrados) de construção, cadastrado no SGI sob o nº 934, conforme identificado nos autos do processo SS-1.380/13 (CC-22.748/2014).

Parágrafo único – O imóvel de que trata o “caput” deste artigo, destinar-se-á à instalação e ampliação de dois Centros de Saúde, no município.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 2014

GERALDO ALCKMIN

Julio Francisco Semeghini Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 10 de março de 2014.

Casa Civil

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE MATERIAL EXCEDENTE

Comunicado

Relação de material considerado excedente, elaborada conforme disposto no artigo 6º do Decreto 50.179/68, alterado pelo 50.857/68.

Os órgãos da administração, interessados, deverão endereçar as requisições em duas vias, no prazo de 30 dias, ao Centro de Material Excedente, na Rua Ministro Godói, n.º 180 - Perdizes - CEP. 05015-000 - São Paulo, instruídas com os seguintes elementos:

data da publicação no D.O e n.º do processo;
todas as características do material requisitado com justificativa, obedecendo ao disposto no artigo 10, do Decreto n.º 50.179/68.

O material requisitado deverá ser vistoriado.

Processo FUSSESP n.º 26755/2014

Secretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Planejamento Ambiental – Núcleo Administrativo

Av. Prof. Frederico Hermann Junior, 345 – Prédio 6 – 2º andar – São Paulo – S.P

Material em bom estado de conservação

Quant.	Especificação do Material	Patrimônio – SMA/CPLA
01	Armário de aço, 04 prateleiras, 02 portas	0630

Planejamento e Desenvolvimento Regional

GABINETE DO SECRETÁRIO

UNIDADE DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: 3887/2009

CONVÊNIO: 1832/2009

PARECER JURÍDICO: 0103/2014

OBJETO: Infraestrutura urbana

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL/UNIDADE DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS E O MUNICÍPIO DE COTIA

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Cláusula Terceira, que trata Das Obrigações dos Partícipes, passa a ter a seguinte redação: Para a execução do presente Convênio a SPDR/UAM e a PREFEITURA terão as seguintes obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA A Cláusula Terceira, que trata Das Obrigações dos Partícipes, passa a ter a seguinte redação: Para a execução do presente Convênio a SPDR/UAM e a PREFEITURA terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE À SPDR/UAM:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE À PREFEITURA:

a) Iniciar o objeto do presente Convênio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua assinatura, consoante cronogramas físico-financeiros de fls. 58 e 447;

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.

e) Inalterada.

f) Inalterada.

g) Inalterada.

h) Inalterada.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Cláusula Sexta, que trata Da Liberação dos Recursos, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados parceladamente à PREFEITURA em conformidade com os cronogramas físico-financeiros de fls. 58 e 447, nas seguintes condições:

I - 1ª parcela: Inalterada

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste Termo de Aditamento;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SPDR/UAM, observado o programado em cronogramas físico-financeiros: (fls. 58 e 447), após a aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SPDR/UAM.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado

CLÁUSULA TERCEIRA: A Cláusula Décima, que trata Do Prazo, passa a ter a seguinte redação: O prazo para a execução do presente Convênio será de até 1.810 (um mil oitocentos e dez) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Inalterado

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado

CLÁUSULA QUARTA: Ficam mantidas todas as disposições do Convênio firmado em 28/12/2009 naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

ASSINATURA: 10-03-2014

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Portaria DETRAN/SP 614, de 6-3-2014

Amplia a Comissão de Análise de Defesa de Autuação de que trata a Portaria DETRAN 1.746/04

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo,

Considerando a competência contida no artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ampliar a Comissão de Análise de Defesa de Autuação de que trata a Portaria DETRAN n. 1.274, de 20-09-2012, para o que ficam nomeados os seguintes membros: Paulo Henrique Rodrigues Lunardi, RG 19.692.232, e Graciana Teixeira de Souza, RG 22.967.004-0, ambos da Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização do DETRAN-SP.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DETRAN 619, de 10-3-2014

Relaciona e indica condutores notificados no mês de março de 2014, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006

O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que o Código de Trânsito Brasileiro, ao definir as infrações de trânsito e cominar as respectivas penalidades, estabeleceu as hipóteses de suspensão e cassação da Carteira Nacional de Habilitação dos condutores autuados por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro e que, no período de 12 (doze) meses, tenham atingido ou ultrapassado a somatória de 20 (vinte) pontos, ou praticado infrações que, por si só, estabeleçam diretamente a suspensão ou a cassação do direito de dirigir, independente da contagem de pontos;

CONSIDERANDO que, no moderno Estado de Direito, é determinante o atendimento ao princípio da ampla defesa, insculpido na Constituição Federal;

CONSIDERANDO as regras instituídas pelos arts. 261 e 263 do C.T.B, bem como o contido na Resolução CONTRAN n. 182, de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Portaria DETRAN n. 767, de 13-04-2006 (D.O. de 18.04.06), regulamen-

tando o processo administrativo para suspensão e cassação do direito de condução de veículos automotores,

RESOLVE:

Artigo 1. Relacionar e indicar os condutores notificados no mês de março de 2014 que, por força de imposição de infrações de trânsito, alcançaram pontuação igual ou superior a 20 (vinte) pontos, no período de 12 (doze) meses, ou autuados por infrações que, por si só, motivem a suspensão ou cassação do direito de dirigir.

Artigo 2. As regras e demais disposições para a apresentação de defesa ao órgão de trânsito são as estabelecidas na Portaria DETRAN 767, de 2006.

Artigo 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/SP

RELACAO DE CONDUTORES INDICADOS

0803000033/14 0.038.663.929-9 Aracatuba

0803000028/14 0.071.403.415-8 Aracatuba

0803000014/14 0.071.568.506-6 Aracatuba

0803000029/14 0.085.300.680-3 Aracatuba

0803000017/14 0.112.452.936-0 Aracatuba

0803000031/14 0.115.477.128-8 Aracatuba

0803000018/14 0.126.634.385-6 Aracatuba

0803000012/14 0.135.932.249-6 Aracatuba

0803000011/14 0.137.392.936-1 Aracatuba

0803000015/14 0.146.882.437-1 Aracatuba

0803000005/14 0.157.102.493-1 Aracatuba

0803000034/14 0.165.523.103-7 Aracatuba

0803000016/14 0.168.170.633-9 Aracatuba

0803000013/14 0.171.728.971-1 Aracatuba

0803000038/14 0.173.515.676-3 Aracatuba

0803000036/14 0.217.450.265-1 Aracatuba

0803000021/14 0.240.822.917-9 Aracatuba

0803000010/14 0.241.751.891-6 Aracatuba

0803000023/14 0.245.715.062-1 Aracatuba

0803000009/14 0.284.676.776-2 Aracatuba

0803000008/14 0.293.656.587-4 Aracatuba

0803000022/14 0.308.362.594-4 Aracatuba

0803000032/14 0.309.565.350-7 Aracatuba

0803000035/14 0.316.758.433-4 Aracatuba

0803000039/14 0.335.285.361-8 Aracatuba

0803000026/14 0.340.888.719-7 Aracatuba

0803000027/14 0.345.069.792-0 Aracatuba

0803000025/14 0.374.398.211-6 Aracatuba

0803000041/14 0.381.203.980-9 Aracatuba

0803000040/14 0.391.699.575-1 Aracatuba

0803000037/14 0.404.815.570-0 Aracatuba

0803000020/14 0.409.402.534-2 Aracatuba

0803000019/14 0.410.118.709-2 Aracatuba

0803000002/14 0.414.905.523-0 Aracatuba

0803000003/14 0.414.905.523-0 Aracatuba</